

Marx à brasileira: periferia e invenção conceitual

Brazilian Marx: periphery and conceptual invention*

Fabio Mascaro Querido**

Obra resenhada:

GIANNOTTI, J. A.; MORAES, J. Q. de; SADER, E. & SCHWARZ, R. **Nós que amávamos tanto o Capital**. Leituras de Marx no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

Resultado de seminário realizado pela Boitempo Editorial, o livro *Nós que amávamos tanto o Capital. Leituras de Marx no Brasil* (Giannotti et al., 2017) é um testemunho precioso de uma das mais relevantes experiências intelectuais da sociedade brasileira moderna. A despeito de suas diferenças, que não são pequenas, os quatro depoimentos reproduzidos no livro (de J. A. Giannotti, R. Schwarz, J. Quartim de Moraes e Emir Sader) são reveladores de alguns dos meandros que se interpuseram na tentativa de ler Marx num país, como o Brasil, em que as ideias vindas do centro do sistema pareciam, até segunda ordem, “fora do lugar”, situação que requeria não apenas a aplicação das categorias originais, mas também o trabalho de invenção conceitual.

Tudo começou nos longos anos 1950 -se os estendermos até 1964 ou mesmo 1968-, momento de virada na história global do marxismo. E não por acaso: com a morte de Stálin, em 1953, o XX Congresso do PCUS, quando Nikita Khrushchov trouxe a público os crimes e violações do período stalinista, e a invasão da Hungria pelas tropas soviéticas, em 1956, o tempo parecia profícuo às releituras críticas, sem as amarras doutrinárias de antanho. Sem falar nos novos ventos que vinham do chamado Terceiro-mundo, com a vitória das revoluções chinesa, em 1949, e cubana, dez anos depois. É nesse contexto, por exemplo, que se observa o aumento exponencial do interesse pelo jovem Marx, visto como ponto de fuga humanista aos dilemas atribuídos à hegemonia política e intelectual stalinista no âmbito do marxismo. Um novo capítulo do “marxismo ocidental” parecia, portanto, na Europa, estar se afirmando.

Ao mesmo tempo em que se inscreve no horizonte da época, a expressão brasileira (ou melhor, paulista) dessa renovação do pensamento marxista se revelou bastante singular, em linha com as complexidades próprias do país da periferia do capitalismo. É o que se nota na história do chamado Seminário d’*O Capital*, abordado em todos os depoimentos do livro. Assim como seus congêneres europeus, o objetivo do pequeno grupo de jovens professores e alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, formado em 1958, era retornar a Marx a fim de estudá-lo de maneira exegética. Mas, aos paulistas, impôs-se a necessidade de sintonizar essa leitura aos desafios do presente de um país de matriz colonial que, naquele momento, parecia estar entrando na rota do desenvolvimento. Ler Marx de maneira rigorosa e sem doutrinário, sim, mas com o Brasil na cabeça, pois o país tinha que ter alguma saída. Daí o paradoxo originário da empreitada: afinal, como disse Roberto Schwarz (1999) certa vez, alguém já imaginou Marx escrevendo *O Capital* para salvar a Alemanha?

Destaca-se a este respeito o texto de Schwarz, maior responsável pela valorização posterior da primeira versão do Seminário, embora também tenha participado -e mais decisivamente- da segunda, na qual igualmente estiveram presentes o sociólogo Emir Sader e o filósofo João Quartim de Moraes, coautores do livro. José Arthur Giannotti, por seu turno, o outro dos quatro autores, foi o grande artífice filosófico da versão original do Seminário, assumindo, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, a liderança intelectual do grupo, espécie de contraponto institucionalmente marginal à figura então dominante de Florestan Fernandes na Faculdade de Filosofia da USP. Cardoso e Octávio Ianni, por exemplo, defenderiam suas teses de

* Recebido em 12 de junho de 2021. Aprovado em 17 de junho de 2021.

** Doutorando em Sociologia pela Unicamp, com parte do doutoramento em realização na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Bolsista FAPESP. End. Eletrônico: fabiomascaro@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1648-5615>.

doutorado em 1961, sob orientação de Fernandes, teses nas quais se observa a tensão entre o marxismo vindo da experiência do Seminário e a sociologia da modernização predominante na cátedra de Sociologia I da USP.

Se na primeira versão do Seminário (1958-64) predominou, apesar da politização reinante, o esforço intelectual de voltar a Marx por um caminho que nada tinha a ver com os esquemas reducionistas do marxismo até então vigente no país, na segunda (1964-68), já sob o regime ditatorial, o horizonte político era direto e inequívoco, sintetizado no título da revista editada pelo grupo: *Teoria e Prática*, revista que teve o seu quarto e último número apreendido pela polícia. Não é um acaso que vários dos membros dessa segunda versão fossem militantes de organizações de esquerda, inclusive -em alguns casos- daquelas que optariam pela luta armada contra a ditadura cada vez mais escancarada.

Emir Sader, responsável pela primeira dissertação/tese sobre Marx na USP, tinha sido membro da pequena *Liga Socialista Independente*, de perspectiva luxemburguista, ajudando a fundar, depois -ao lado de Paul Singer e Michael Löwy, que haviam participado do primeiro Seminário-, a *Organização Revolucionária Marxista Política Operária* (POLOP), unificada em torno da oposição à linha política “etapista” do PCB. Quartim de Moraes era militante da *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR), que aderiria à luta armada. Na mira do regime, exilou-se em 1968 na França, país onde já estivera a fim de cursar o doutorado na primeira metade da década. O próprio Schwarz, que também partira para Paris em 1969, mantinha relações de proximidade com a VPR. O arquiteto Sérgio Ferro, por sua vez, membro da segunda geração seminarista, militava na *Ação Libertadora Nacional* (ALN), igualmente adepta do enfrentamento armado ao regime.

Dois momentos foram decisivos nessa história. O primeiro, evidentemente, em 1964, com o golpe militar que jogou por terra a esperança de um desenvolvimento nacional autônomo, capaz de completar a inacabada construção nacional. O segundo em 1968, com a proclamação do AI-5, que generalizou a perseguição política, agora abarcando um espectro muito mais amplo das classes médias intelectualizadas. Enquanto o golpe derrotou politicamente a aposta nacional-desenvolvimentista, o AI-5 decretou o fim daquela “hegemonia cultural” da esquerda que, segundo diria Schwarz (2008) ainda sob a ressaca dos acontecimentos, no ensaio “Cultura e Política”, redigido em 1969/70, perdurara mesmo após a debacle de 1964. Seria apenas após a consolidação da ditadura -de início, considerada efêmera- que o acerto de contas com as premissas não apenas políticas, mas também teóricas do nacional-desenvolvimentismo, seria levado a cabo.

E nesse processo Roberto Schwarz ocupou papel fundamental. Isso porque foi em meio a essa atmosfera de autocritica em relação às esperanças e ilusões do pré-64 que Schwarz deu o impulso decisivo ao seu projeto de análise da obra de Machado de Assis, tomando-a como formalização literária dos dilemas do país oitocentista boicotado por uma elite que, tal como Brás Cubas, conciliava sem grandes dramas o “moderno” e o “arcaico” ou, mais especificamente, o liberalismo e o escravismo (Cf. Querido, 2013). Como diria Francisco de Oliveira (2003), na mesma época do ensaio schwarziano sobre “as ideias fora do lugar”, ao invés de dualismo, haveria no Brasil um “entrelaçamento dialético” entre o “moderno” e o “arcaico”, com o primeiro avançando na medida mesma em que refuncionalizava o segundo.

A ditadura militar, com o mal chamado “milagre econômico”, assim o teria comprovado, revelando pela negativa o quanto a tão procurada (pela esquerda nacional-desenvolvimentista ou comunista) burguesia nacional ainda carregava muito da experiência de classe das elites liberal-escravistas do século XIX brasileiro. De certa maneira, era essa a conclusão a que tinha chegado F. H. Cardoso (1972) em sua tese de livre-docência sobre o empresariado industrial, defendida em 1963, tese que bebia das fontes do Seminário, ao mesmo tempo em que se mantinha no horizonte do programa de pesquisa liderado por Florestan Fernandes -agora no âmbito do *Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho* (CESIT).

Em *Nós que amávamos tanto o Capital*, coube a João Quartim de Moraes levantar a divergência. Assumindo a herança comunista oficial, Quartim não chancela a tese (defendida por Schwarz ou Giannotti) da superioridade do marxismo intelectual elaborado em torno dos Seminários em relação àquele do PCB, por exemplo. Ao contrário: a importante participação dos intelectuais comunistas nos debates em torno do programa nacional-desenvolvimentista atestaria -dizia ele, como se este programa não tivesse sido derrotado política e teoricamente- “uma sólida apropriação teórica do marxismo” (2017, p.42).

Lidos em conjunto, os textos/depoimentos do livro dão prova, em suma, das dificuldades que cercaram a aclimação periférica de um pensamento que, embora com ambição universal, foi originalmente elaborado sob condicionantes sociais ou propriamente intelectuais bem particulares, no que era então o centro do capitalismo. Mas, se impõe obstáculos suplementares, o esforço de *tradução periférica* muitas vezes

levou, por isso mesmo, a inovações teóricas que enriqueceram e ampliaram o escopo do próprio marxismo. Na periferia do sistema, os esquemas do progresso iludem menos, como que aumentando, em revanche, a vocação crítica que está na base do projeto científico de Marx. Interrogando as ideias recebidas à luz da matéria local, que as desafiava, tais leitores brasileiros do filósofo alemão firmaram, assim, um capítulo próprio nessa tradição sempre reinventada que é o marxismo. E rememorar parte dessa história é a principal contribuição do presente livro.

Bibliografia

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1972.

GIANNOTTI, J. A.; MORAES, J. Q. de; SADER, E. & SCHWARZ, R. *Nós que amávamos tanto o Capital. Leituras de Marx no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

QUERIDO, Fabio M. “Colapso da modernização. Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira”. In: *Novos Estudos Cebrap*, n.97, 2013, pp.227-233.

SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In: *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.86-105.

_____. “Cultura e Política, 1964-1969”. In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp.70-111.